

Gestão e Governança

Valuation como mecanismo de governança nos estatutos sociais de cooperativas agropecuárias brasileiras

Valuation as a governance mechanism in the bylaws of brazilian agricultural cooperative

Nilton Cesar Lima^I , Ilírio José Rech^{II} , Jamerson Viegas Queiroz^{III} 

^I Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil

^{II} Universidade Federal de Goiás , Goiânia, GO, Brasil

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Norte , Natal, RN, Brasil

RESUMO

Este estudo explora os conceitos do *valuation* como mecanismo de governança corporativa em estatutos sociais de cooperativas agropecuárias brasileiras, focando na admissão e controle dos cooperados. O *valuation* é considerado um normalizador e direcionador do valor das quotas-partes, influenciando a governança ao regulamentar a entrada, exclusão ou eliminação de membros. Utilizando análise documental e o *software* Iramuteq para análise lexical e semântica, examinamos 21 estatutos de cooperativas. Descobrimos que 14 delas incorporam termos relacionados à dinâmica propositiva, com destaque para a administração, fiscalização e destituição como atributos de gestão. A análise de similitude reforçou a importância da “administração” na governabilidade, associada a critérios como valor, capital, sobra, exclusão, admissão, participação e resultado. Recomenda-se pesquisas empíricas para avaliar a percepção dos atores cooperativos sobre a relevância do *valuation* na governança e tomada de decisões.

Palavras-chave: Cooperativas agropecuárias; *Valuation*; Mecanismos de governança; Estatuto Social

ABSTRACT

This study explores the concepts of valuation as a corporate governance mechanism in the bylaws of Brazilian agricultural cooperatives, focusing on the admission and control of members. Valuation is considered a normalizer and driver of the value of shares, influencing governance by regulating the entry, exclusion, or elimination of members. Using document analysis and the Iramuteq software for lexical and semantic analysis, we examined 21 cooperative statutes. We discovered that 14 of them incorporate terms related to propositional dynamics, with emphasis on administration, inspection, and dismissal as management attributes. The similarity analysis reinforced the importance of “administration” in

governability, associated with criteria such as value, capital, surplus, exclusion, admission, participation, and result. Empirical research is recommended to assess the perception of cooperative actors about the relevance of valuation in governance and decision-making.

Keywords: Agricultural Cooperatives; Valuation; Governance Mechanisms; Bylaws

1 INTRODUÇÃO

Este estudo parte do pressuposto de que os estatutos sociais das cooperativas agropecuárias exercem forte influência na condução da gestão e governança de cooperativas. É comum entre as cooperativas propor o preço de entrada da quota-parte como investimento inicial proveniente dos cooperados. Este valor pode representar elementos de governança, dada a possibilidade de obter novas formas de gestão e direcionamentos de decisão. Os cooperados ingressos ou a ingressar que objetivam incrementar aportes de recursos, consideram o preço de entrada da quota-parte como um valor justo arbitrado.

Os conceitos do *valuation* para definir o valor da quota-parte, neste segmento, depara-se com um aspecto limitante. Observa-se que a respectiva quota, não é objeto de transação entre cooperados ou investimento do capital parte. Neste sentido, o valor reconhecido e ajustado, contribui para a governança corporativa na valoração das quotas e determinação de magnitude e controle face aos fluxos de cooperados. Tal proposição, se alinha à necessidade de avaliar novos meios de fortalecer o cooperativismo na percepção dos cooperados. Com isso, concebe-se a governança corporativa como elemento capaz de coordenar o quadro social das cooperativas agropecuárias, tendo em vista que o estatuto social pode contribuir com dispositivos na valoração e manutenção das quotas-partes.

Num modelo cooperativo, segundo Lumertz (2011), precede o aspecto da governança, dada a sua capacidade de tornar mútuo os interesses na relação existente. Para isso, os estatutos sociais devem considerar os princípios cooperativistas de Rochdale, na Inglaterra, existentes desde 1844, compreendidos como parâmetros canônicos em

organizações democráticas. Embora tenham surgido em 1844, os princípios foram definidos nos pressupostos basilares da autoajuda, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, e ainda são tidos como princípios pétreos. Após vários ajustes, foram definidos sete princípios do cooperativismo: (1) adesão voluntária e aberta, (2) controle democrático dos membros, (3) participação econômica dos membros, (4) autonomia e independência, (5) educação, treinamento e informação, (6) cooperação entre cooperativas, e (7) preocupação com a comunidade (Fairbairn, 1994).

Os princípios são considerados marco central nos estatutos de cooperativas, passando a fazer parte das exigências da International Co-operative Alliance (ICA) para a adesão ao organismo. Os quatro primeiros são considerados essenciais para o caráter cooperativo de qualquer organização, sendo requisitos para associações que desejam se filiar ao ICA. Os últimos três, são classificados como partes do sistema do cooperativismo, recomendados para a admissão no ICA. Destaca-se que todos são fundamentais e interdependentes, cuja observância define o caráter da sociedade cooperativa (Fairbairn, 1994; Hoyt, 1996; Oczkowski *et al.*, 2013).

Como forma de ordenar a busca pelo bem comum, os princípios do cooperativismo carecem de instrumentos que viabilizem sua concretização nas cooperativas. Neste contexto, insere a governança corporativa, que de acordo com o IBGC (2015), tem por fundamento a busca pela justiça e equidade. Esses, são suportados às boas práticas da transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que coadunam com os princípios e valores do cooperativismo (Rastogi; Verma, 2019), respeitando inclusive as características específicas de cada ramo cooperativista (Kyazze; Nkote; Isingoma, 2017). Para serem, portanto, respeitados os princípios da governança e do cooperativismo nos estatutos sociais das cooperativas, em tese, deveriam estabelecer as condições básicas de relacionamento entre os membros da cooperativa, principalmente no que se refere a admissão, permanência e demissão de cooperados em seus contratos congruentes à quota-parte.

Ainda que o cooperativismo esteja suportado no princípio da igualdade, equidade e solidariedade, ao ingressar em uma atividade econômica o interessado busca benefícios para os seus negócios. No caso do sistema cooperativista, ao adquirir uma quota-parte o cooperado objetiva participar dos benefícios oportunizados pelo sistema, inclusive com o retorno do capital investido para ingressar na mesma. Neste aspecto, Nascimento (2015) destaca que, no sistema cooperativo, a distribuição das sobras se dá pelo volume de atividade do cooperado junto a cooperativa, e não pela participação societária, o que impede estabelecer uma lógica de retorno direto sobre o investimento da quota-parte, base dos conceitos do *valuation*. Além disso, o autor destaca que não existe um valor de mercado para as quotas-partes, sendo este definido arbitrariamente pela cooperativa, uma vez que há restrições para a alienação ao mercado das quotas-partes.

Desta forma, observa-se a relevância de analisar os conceitos do *valuation* como mecanismo de governança nas cooperativas, cujas características normativas pressupõe estarem expressas nos estatutos sociais. Observa-se que os estatutos, em sua essência, como mecanismos de governança, deveriam qualificar e quantificar as premissas condizentes à captura de valor e observância dos benefícios econômicos futuros, habilitando inclusive entendimentos acerca do valor para as quotas-partes, sendo essa a lacuna a ser preenchida pela colaboração deste estudo.

A partir desses apontamentos, as preocupações despertadas no presente estudo versam sobre a análise das abordagens dos conceitos do *valuation* como mecanismos de governança nos estatutos sociais das cooperativas agropecuárias brasileiras. Com base nos princípios cooperativista, relevância mercadológica e na literatura referenciada, a hipótese do trabalho é a de que o estatuto social congrega elementos que lastreiam premissas de governança corporativa em *valuation*, capazes de orientar a discricionariedade em arbitrar o valor das quotas-partes dos cooperados.

Para aceitar ou rejeitar a hipótese suscitada foram analisados os estatutos sociais de 21 cooperativas agropecuárias brasileiras identificados a partir do universo amostral

do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). A amostra selecionada deu-se por conveniência no período de fevereiro a março de 2023, dentre aquelas que disponibilizaram em seus sites o estatuto social. Para avaliar os elementos que lastreiam os conceitos de governança em *valuation* se utilizou de técnicas de análise ao campo lexical e semântico, com empregou do *software* Iramuteq para reunir uma conjunção de redes terminológicas nos estatutos e revisá-las sistematicamente.

O estudo realizado e sua metodologia visa convergir com contribuições aos desafios enfrentados na gestão cooperativista quanto à geração de valor para os cooperados, como elemento balizador de decisões envolvendo quotas-partes. Se em uma entidade empresarial não cooperativa o lucro é o objetivo de maximização da riqueza, no sistema cooperativista os interesses do cooperado, por sua vez, devem ser atendidos ou maximizados. Embora as formas de geração de riqueza possam se dar por retornos diretos na redução de custos ou maximização das receitas, os mecanismos de distribuição de sobras e valoração das quotas-partes são governados mutuamente, com base no voto. Isso se deve, porque o ato de cooperar seja com serviços, produtos ou recursos, é traduzido como participação, que de certa maneira, representa mecanismo de aplicação, mesmo numa fração aos ativos integrantes da cooperativa.

Na perspectiva de melhor delinear essa contextualização introdutória, as seções seguintes remetem-se ao tratamento teórico abordando: os princípios e valores do cooperativismo, *valuation* e governança cooperativa. Para realização deste estudo, o método adotado é o de análise documental, por meio da fonte primária dos estatutos sociais, os quais serão melhor apresentados na seção metodologia. Por último, a seção de discussão e considerações descrevem os resultados face a uma discussão cujas ponderações interpela o tratamento teórico e os propósitos atribuídos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Princípios e valores do cooperativismo

A International Cooperative Alliance (ICA) é uma organização não governamental de cooperativas que congrega todas as cooperativas no mundo (abrangendo 3 milhões de cooperativas e 1 bilhão de cooperados). A ICA promulga, define, orienta e preserva a Declaração sobre a Identidade Cooperativa, composta por 10 valores e 7 princípios cooperativos, a serem minimamente expressos em suas estatuintes em todos os setores no mundo (ICA, 2023).

Antes de descrever os princípios e valores, cabe sublinhar os dados do setor cooperativista no Brasil. Em 2022, o número de cooperados era de 20,5 milhões vinculados a 4.693 cooperativas que proporcionaram 524.235 postos de trabalho diretos. No que compete ao desempenho financeiro, destaca-se o volume de ativos do setor com R\$ 996,6 bilhões, capital social em R\$ 80,6 bilhões que distribuíram sobras de R\$ 36,7 bilhões (3,3% superior a 2021). Como característica de solidez, o cooperativismo se destacou por apresentar cerca de 2,5 mil cooperativas, com uma média de 20 anos de exercício (ANUÁRIO COOP, 2023).

Em 2022, o ramo de cooperativismo agropecuário correspondeu ao maior número de cooperativas (1.185) e, conseqüentemente, registrou o maior número de empregados, totalizando 250 mil empregos diretos. Ainda no ramo agropecuário, tem-se mais de um milhão de cooperados, presentes dentre sete segmentos: insumos e bens de fornecimento, escolas técnicas de produção rural, produtos industrializados de origem animal, produtos industrializados de origem vegetal, produtos não industrializados de origem animal, produtos não industrializados de origem vegetal e serviços. Quanto aos dados financeiros, as cooperativas agropecuárias totalizaram R\$ 267 bilhões em ativos, sendo R\$ 22 bi de capital social, já os aportes ou ingressos constituídos em 2022 atingiram R\$ 429,9 bilhões. Em relação às sobras, o ramo registrou R\$ 22,5 bi (ANUÁRIO COOP, 2023).

Dada a representatividade do setor cooperativo, e retomando a discussão sobre princípios e valores, compreendidos como objetos ao assentamento dos estatutos sociais nas cooperativas, estudos de Altman (2020) revelam que nenhuma organização cooperativa pode conceber-se organizada sem o cumprimento das premissas básicas de governança democrática e solidariedade voluntária. Ao contrário disso, o autor destaca que tal dissonância, incorreria em uma organização empresarial sob características de investimentos e não de ingressos, de finalidade de lucros e não de circunstância de sobras.

A essência cooperativista alicerçada em seus valores e princípios, promulgado para caracterizar a identidade de uma cooperativa, decorre de experiências bem-sucedidas em todo o mundo. Contudo, há implicações práticas divergindo da essência de servir os membros, em proveito de maximizar sobras, como ocorre nos negócios não cooperativos (Hind, 1994; Jussila, 2013; Oczkowski, 2013). Nesse aspecto, vislumbra-se possível fragilidade no marco normativo procedente dos princípios e valores na prática, e que também possam estar despercebidos nos estatutos sociais.

Experiências bem-sucedidas, implicam numa cooperativa eficiente nos serviços aos cooperados e com sobras em suas operações. O *status* da realização do bem-estar social e econômico de seus membros inclui o auxílio na organização de cooperativas nos setores mais fracos da sociedade (Altman, 2020). Dessa forma, a cooperativa se apresenta autossustentável, perpetuando sua essência declarada no ICA ao evidenciar que princípios e valores são efetivamente vinculados e materializados por meio de mecanismos que induzam à existência de governança corporativa. Tais abordagens, consolida a trajetória propositiva nesse estudo, desencadeando interesses por identificar citas em registros de estatutos sociais que se consubstanciam em elementos que induzem e instrumentalizam conceitos do *valuation*, ora admitidos como mecanismos de governança em despertar a confluência entre o bem-estar e o bem-sucedido em cooperativas agropecuárias.

2.2 *Valuation* e governança cooperativa

Inúmeras são as motivações para implementação de conceitos do *valuation* na avaliação de ativos ou mesmo de monitorar a performance do valor do negócio (organização). Os conceitos do *valuation* são úteis para projetar o futuro econômico da empresa, conhecer a saúde financeira da empresa, avaliar processos de fusões e aquisições, abertura e ou fechamento de capital, liquidação judicial, avaliação de ativos intangíveis, entre outras utilidades para os diversos usuários. No entanto, o que tem sido mais comum é o seu emprego em determinação de valor de ações para fins de investimentos em ativos financeiros em mercado de capitais (Assaf Neto, 2021; Eden *et al.*, 2021; Martelanc *et al.*, 2010; Venkatesh, 2008).

Ocorre que, há entidades, detentoras de recursos e ativos, tidas em forma de estabelecimentos que visam oferecer tratamentos preconizados em princípios de governança de bem comum, muitos desses adaptáveis ao seu segmento e preconizados em estatutos societários, os quais atribuem como pilares a cooperação mútua através da associação de pessoas ou grupos com interesses similares, a fim de obter em suas atividades econômicas, vantagens comuns, compreendidas, portanto, como entidades cooperativas (Munch, 2021; Railienė; Sinevičienė, 2015; Vatn, 2009).

Nesse sentido, estudos demonstraram que mecanismos de governança, sob gestão do valor e controle, também são objetos de orientações decisórias às entidades organizacionais. Concebe ainda que, as cooperativas atribuem uma estrutura de governança ocupada com seus valores tanto sociais quanto econômicos, seja para seus cooperados, mercado ou demais públicos de interesse. Além disso, estudos revelaram que, ações de gestão empenha-se em preservar não só a ética, transparência e a prestação de contas, como também os princípios e valores cooperativistas, e esses consubstanciados aos atos normativos impressos no estatuto social, que ora instrumentalizado, é tido como modo de governabilidade corporativa (Hartwell; Malinowska, 2019; Munch, 2021).

A governabilidade é materializada, por exemplo, na forma com que a cooperativa é gerida. Os benefícios, serviços ou produtos colhidos pelos cooperados, resultante dos ingressos em recursos incrementados e geridos na cooperativa, converte-se também em investimentos em ativos na cooperativa ou aporte de sobras dos resíduos de caixa existentes no exercício. Já a gestão dos fluxos distribuídos dentre os membros, a preços favoráveis, tanto na venda quanto na aquisição de insumos, produtos ou serviços, tem como parâmetro balizador as quotas de participação do cooperado (quotas-partes), subscritas no instante que se realiza o ingresso e ao que está instituído no estatuto social da cooperativa. O mesmo, quando de sua saída, destituição, exclusão, falecimento, fusão ou incorporação, liquidação, inadimplência, incapacidade e incompatibilidade, de modo que, a parcela remanescente ao cooperado tenha como parâmetro a ser transacionado o modo com que está sendo governado ou gerido em seu estatuto social, cabendo ainda em alguns casos a deliberação do conselho de administração da cooperativa (Bialoskorski Neto, 2016; Nascimento, 2015).

Estudos mostram que mecanismos de governança em cooperativa não se limita apenas à manutenção de sua estrutura, pois isso as tornaria fracas e propensas a desmutualizar-se, apontando, por conseguinte, a necessidade de reaver sua identidade. Há também que acentuar que as sobras são distribuídas entre os membros proporcionalmente ao uso dos serviços da cooperativa de onde advém as quotas-partes, não ao investimento de capital (Borgström, 2013; Michaud; Audebrand, 2022; Sacchetti; Catturani, 2021).

Entende-se que, é possível admitir a existência de fragmentos normativos no estatuto social que permita indiciar elementos que vão comungar em mecanismos de governança, de ordem institucional, inclusive acerca do valor econômico a ser integralizado ou obtido ao longo do tempo. Ou seja, o estatuto social tem em sua natureza vetores que vão colaborar para uma governança de valor. Mesmo, se tratando de entidades cooperativas onde ao cooperado lhe interessa, de certa maneira, declinar atenções a mecanismos de governança que vão além dos benefícios em serviços

oferecidos, como o caso do *valuation* por promover condições de discutir o valor da quota-parte ao associar-se ou dissociar-se. Assim, a inquietação acerca de governança em cooperativa vai mais além do que apenas ocupar-se sob o modo em como melhor oferecer bens e serviços ao cooperado, demonstrando ser necessário observar tão quanto o valor/ingresso por ele aportado à cooperativa são preservados e previstos.

3 METODOLOGIA

Diante do propósito em investigar a presença de conceitos do *valuation* como mecanismos de governança nos estatutos sociais das cooperativas agropecuárias brasileiras, adotou-se como método de coleta de dados a abordagem qualitativa, dada a disposição documental dos estatutos sociais nos sites das cooperativas. Para essa abordagem, cujo método adotado é a análise documental envolvendo o estatuto social, tido como fonte primária de dados, atribuíram-se os seguintes procedimentos de coleta e análises dos dados:

- I seleção de documentos (estatutos sociais): atual e publicizados nos sites das cooperativas agropecuárias;
- II leitura dos estatutos sociais: identificou-se informações concernentes ao *valuation* e mecanismos de governança, na finalidade de reunir uma conjunção de redes terminológicas nos estatutos, com base no cruzamento de fragmentos normativos;
- III junção dos documentos e preparação do corpus textual para emprego da técnica de análise;
- IV adoção da técnica de análise ao campo lexical e semântico por meio do *software* Iramuteq na finalidade de melhor analisar o emprego terminológico atinente ao *valuation* como mecanismo de governança - constituição do corpus textual;
- V análises dos dados de modo sistemático e comparativo, a fim de identificar padrões e frequências;
- VI interpretação dos resultados com os propósitos assumidos.

O uso da análise documental representa um método que permite uma análise sistemática de documentos que contêm informações relevantes para o estudo em questão. Se tratando de estatutos sociais, a análise documental pode revelar informações importantes sobre a estrutura organizacional, as normas e regulamentos que governam a organização, bem como a dinâmica de governança e tomada de decisão.

De acordo com Machado e Bertoncello (2015, p. 182), “os estatutos sociais são documentos que estabelecem as normas e diretrizes que orientam o funcionamento de uma organização, incluindo suas finalidades, objetivos, estrutura organizacional, mecanismos de tomada de decisão, entre outros”. Assim, a análise documental de estatutos sociais é entendida como uma fonte significativa de informações, sobretudo à sua aderência aos propósitos apresentados neste estudo.

Para realizar a análise documental de estatutos sociais, é importante seguir uma abordagem metodológica que permita identificar as informações relevantes que servem de base para sua análise. Segundo Silva *et al.* (2017, p. 308), “a análise documental de estatutos sociais pode ser realizada por meio da seleção dos documentos relevantes, leitura dos documentos, codificação dos dados, análise dos dados e interpretação dos resultados”.

Com base nos estudos de Borgström (2013), Michaud e Audebrand (2022), Nascimento (2015), Railiené e Sinevičienė (2015) e Sacchetti e Catturani (2021), admite-se que os estatutos sociais atribuem diversas abordagens ao seu regramento. Neste sentido, há a necessidade da compreensão de significados naquilo que possa direcionar a conceitos do *valuation* como mecanismo de governança. Sob esses aspectos, nota-se que a “boa governança” em cooperativas não resulta apenas de estruturas e práticas de investimentos. Há que se valer de seus princípios onde preservam sua natureza e constituição de identidade, esses também expressos nos estatutos sociais. Assim, a abstração dessas abordagens suscitou como tratamento lexical e semântico nesse estudo, a seguinte relação de elementos normativos a serem investigados nos estatutos, capturando para análises os termos (grafos) associados a:

- a) critérios da definição das quotas: forma de cálculo e valor nominal [qotcvn];
- b) critérios de definição das quotas: ingressos e saídas de membros [qotis];
- c) critérios de exclusão de membros e liquidação das quotas [exclincl];
- d) critérios de aquisição e transferência de quotas [aqtran];
- e) critérios para distribuição dos resultados/sobras [distrs];
- f) mecanismos de proteção contra saídas abruptas de membros [protsm];
- g) mecanismos de valorização das quotas [mecv];
- h) limites para a valorização das quotas [limv];
- i) *valuation* das quotas [valt];
- j) formas de deliberação sobre o *valuation* [fdelval];
- k) procedimentos de arbitragem (resolução de conflitos relacionados ao *valuation* das quotas) [arbtcf];
- l) limites para a participação no capital social [limpcs].

Foram analisados 21 estatutos sociais, correspondentes às seguintes cooperativas: Coopermota, Coopercam, Coplana, Cooxupé, Coopa, Comiva, Cocamar, Capul, Calu, CVale, Camda, Expocaccer, Comap, Coapa, Cotrifred, Coripil, Coperalfa, Cooperitaipu, Cafenoel, Cotril e Coopervass. A partir do universo amostral do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), a amostra selecionada deu-se por conveniência no período de fevereiro a março de 2023, dentre as cooperativas que disponibilizaram seus estatutos sociais em seus respectivos sites.

Empregou-se como ferramenta de análise o *software* Iramuteq versão 0.7 *alpha* 2, que viabilizou a gestão dos dados, permitindo uma revisão sistemática em uma base de análise onde é exibido uma rede semântica com termos mais relevantes no campo documental. O Iramuteq é um *software* livre de análise de dados textuais, possui uma interface com o *software* R permitindo uma análise quantitativa de textos (nesse estudo, a fonte é primária por meio de documentos: estatutos sociais). O *software* fornece recursos de visualização e diagnósticos de correspondência múltipla (ACM) e de similitude (ASC). ACM permite a identificação de padrões e relações entre palavras,

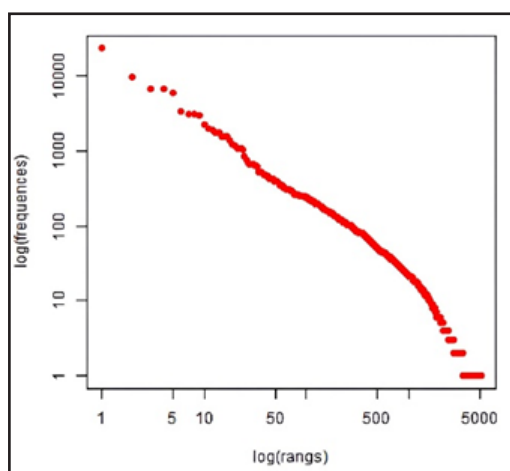
frases e categorias de texto e o ASC agrupa textos com base em suas características semelhantes, permitindo a identificação de grupos ou *clusters* de textos. De modo geral, são cinco as possibilidades de análises da ferramenta, as quais serão exploradas nesse estudo: a) Estatísticas (análises lexicográficas); b) Análise Fatorial de Correspondência (AFC); c) método de Reinert ou Classificação Hierárquica Descendente (CHD); d) Análise de similitude; e) Nuvens de palavras (CAMARGO *et al.*, 2013; MARTINS *et al.*, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os 21 estatutos sociais das cooperativas perfizeram sujeitos de análises dos documentos colhidos que compuseram a construção do corpus textual por meio do *software* Iramuteq. A primeira análise lexicográfica permitiu aferir, como informações quantitativas iniciais, o comportamento da frequência das palavras. Desta forma, foram distribuídas em 5.431 segmentos de análise, considerando intervalos de 40 caracteres em um conjunto de 191.611 palavras. Dentre essas, se diferenciam 8.061 (36,62%) que ocorreram uma única vez (denominada por *hápax*). A média de ocorrência de palavras por texto foi de 9.124, demonstrando serem estatutos sociais longos e reforçando a importância da análise por segmento no corpus textual. Os *hápaxs* ao longo da construção do corpus textual e alinhamento com o *software*, viabilizou o tratamento do corpus textual definitivo.

O quantitativo de frequência observada no texto está demonstrado na Fig. 1, revelando o conjunto de palavras em 5.137 como forma redutora, ou seja, a realização da lematização, onde inclui a remoção de stop words (palavras comuns sem muita relevância) e a normalização de caracteres, como a remoção de acentos, permitindo analisar e compreender melhor as próximas análises. Desse conjunto, 34,12% representavam o *hápax*.

Figura 1 – Comportamento da frequência das palavras lematizadas



Fonte: Resultados da Pesquisa

O gráfico da Fig. 1, permite analisar a distribuição de palavras do corpus de texto com base em sua frequência. Sua distribuição revelou que o corpus textual adotado está sob um padrão aceitável por meio da inclinação distributiva apresentada, demonstrando o comportamento das palavras menos frequentes e as mais relevantes. O eixo x revelou a posição das palavras na ordem de frequência, começando pela palavra mais frequente, representado em escala logarítmica, o que significa que as posições das palavras são distribuídas em intervalos iguais no logaritmo (Camargo; Justo, 2018). Os termos despertaram com as seguintes frequências de lematização, associados como componentes aos elementos normativos do estatuto social, cujos critérios de análises agrupados foram:

- I) Quotas-partes [qotcvn; qotis; exclincl; aqtran; distr]: valor nominal: 349; exclusão: 221; liquidação: 176; transferência: 69; ingressos: 42; aquisição: 29; integralização: 16; reingresso: 13; saída: 6. Esse conjunto correspondeu a 17,9% dos elementos ou categorias de análise.
- II) Mecanismos de proteção e valorização [protsm; limv]: proteção: 20; valorização: 1. A esse conjunto de categorias de análise obteve-se 0,4%.

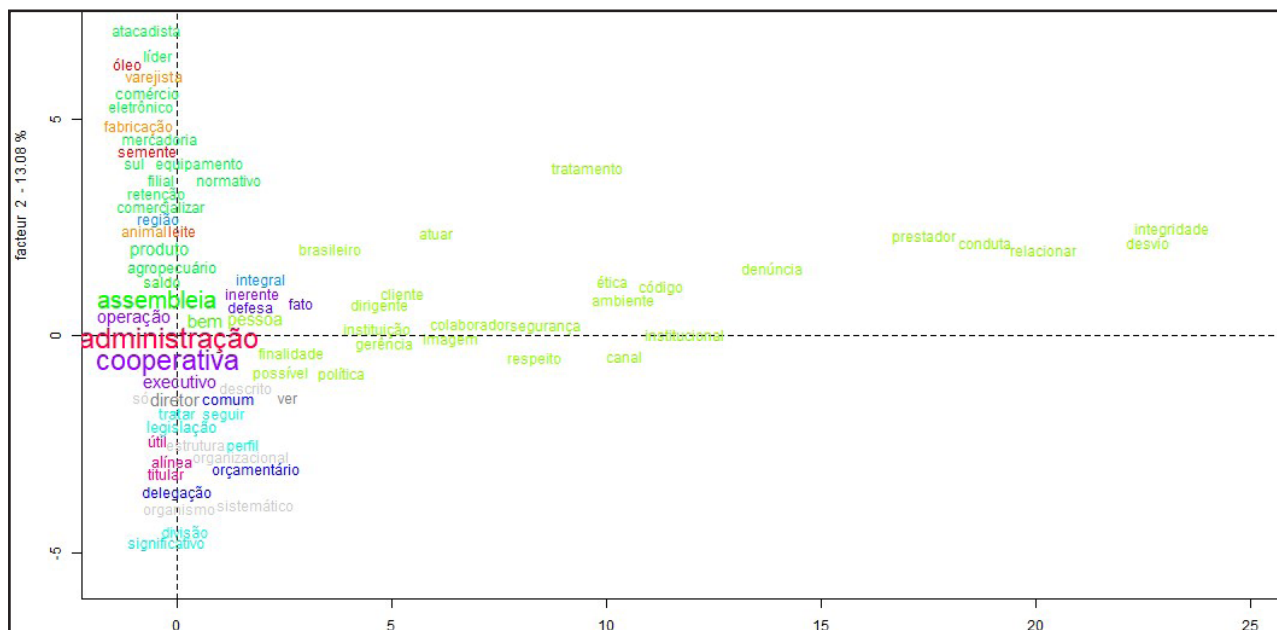
III) Limites de valorização [limv]: limite de valorização: 209. Para essa categoria de análise houve 4,1%.

IV) *Valuation* e suas formas de deliberação [valt; fdelval]: valor: 349; avaliação: 12; valorização: 1. Para esse conjunto de categorias de análise houve 7,0%.

V Arbitragem e participação no capital social [arbtcf; limpcs]: arbitragem: 0; conflitos: 9; participação: 323. Para esse conjunto de categorias de análise houve 6,5%.

Na análise AFC, com o plano de escalonamento multidimensional, conforme Fig. 2, explica-se as formas lexicais acerca da variável adotada, no caso se considerou apenas o grafo [valt] como análise correspondente.

Figura 2 - Análise AFC da variável *valuation*



Fonte: Resultados da Pesquisa

O plano de escalonamento multidimensional (Fig. 2), apresenta as formas lexicais correspondentes à variável adotada (*valuation*), representada com o grafo [valt], sendo a categoria de análise empregada. Assim, identificaram-se as relações terminológicas correspondentes, de modo que, o plano de escalonamento multidimensional obtido,

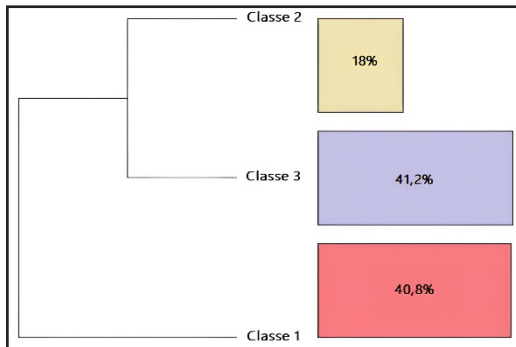
conforme Fig. 2, explica as formas lexicais associadas. Observa-se no grafo admitido que a ligação entre as palavras do corpus textual conduz ao termo “administração”, bem como é possível observar outros léxicos de similitude.

Constatou-se ainda que, as associações distribuídas à categoria de análise derivam de 14 estatutos sociais (Coripil, Coperalfa, Coopitaipu, Cafenoel, Calu, Cotriel, Coopervass, Camda, Capul, Cocamar, Comiva, Coopa, Cooxupé, Coplana). Essas cooperativas, revelam que há em seus estatutos uma estrutura presente em seus dados normativos que comunga com o grafo admitido [valt], o que pode levar a uma melhor compreensão dos temas e conceitos que emergem do corpus, e por sua vez, induzem a algum tipo de mecanismo de governança relacionado ao *valuation*. Conforme os dados obtidos de tipos de frequências relativas AFC, as cooperativas de maior similitude lexicográfica, foram: Cafenoel, Comiva, Capul, Cocamar e Calu.

Para a análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também conhecido como método Reinert, os segmentos de texto foram analisados em função das suas respectivas categorias e classes de análise, a fim de observar a frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Nesse tipo de análise exploratória do corpus textual, foi possível identificar grupos de documentos que apresentam características semelhantes. Para isso, foram analisados os registros apontados conforme a frequência com que cada categoria de análise ocorre em cada estatuto social. O resultado derivou uma matriz, onde ocorre a CHD, calculando as distâncias entre as categorias nos documentos (estatutos sociais) e agrupando em classes com base nas distâncias calculadas. Assim, foi possível explorar os padrões e as estruturas presentes no corpus textual e identificar grupos de documentos que apresentam temas ou tópicos semelhantes, apontando inicialmente os seguintes resultados: 5.432 segmentos no texto, 8.057 formas de ocorrências, 191.611 ocorrências, 5.133 lemas, 3.617 formas ativas, a média de formas por segmento de texto foi de 35,28, 3 número de classes obtidas e 83,47% de aproveitamento do texto (demonstrando-se apto ao ponto de corte, ora parametrizado no método Reinert em 75%). A Fig. 3 apresenta a

estrutura hierárquica obtida das categorias da CHD, por meio de um dendrograma.

Figura 3 – Dendrograma das classes CHD



Fonte: Resultados da Pesquisa

O dendrograma da Fig. 3 demonstra duas repartições, cuja primeira compõe-se de duas classes (2 e 3) e a segunda (1), cujas porcentagens de aproveitamento em cada uma das classes são respectivamente: 18%, 41,2% e 40,8%. Logo, a classe 3 (41,2%), foi a que mais obteve aproveitamento sobre o corpus textual, e perfaz uma repartição de 59,2%. Complementarmente, a Fig. 4 revela quais palavras são encontradas em cada classe.

Figura 4 – Dendrograma de similaridade entre as categorias CHD



Fonte: Resultados da Pesquisa

Na pesquisa, por meio da CHD da Fig. 4, foram analisados 5.431 segmentos de texto, retendo 83,47% do total de textos para elucidação das classes. O qui-quadrado (χ^2) ajuda a identificar associações entre variáveis categóricas. Para ser considerado significativo, o valor crítico de referência para a probabilidade de associação observada entre as variáveis categóricas ao acaso deve ser superior a 3,84.

Na classe 3, por exemplo, as palavras “administração, fiscal e destituição”, classificam-se no rol das categorias relacionadas a atributos de gestão e, por conseguinte, apresentam associação como classe de maior representatividade. Tais inferências, também podem ser notadas nas demais classes apresentadas no dendograma, cujos léxicos da classe 1 estão associadas às “quotas-partes e valor” e, a classe 2 “ingresso, saída e sobras”. As três classes tangenciam os segmentos de texto analisados sugerindo a forma como as cooperativas apresentam em seus estatutos sociais os mecanismos de governança adjacente ao termo *valuation*. Como exemplos de trechos abstraídos do corpus textual (ver Quadro 1), é possível observar dois recortes para cada classe:

Quadro 1 – Trechos do dendograma relativos às classes

Classe 1	“[...o cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor acumulado de suas quotas-partes...]” “[...poderá solicitar a restituição do saldo restante das quotas-partes, podendo permanecer no quadro social da cooperativa, obrigando-se a manter sempre o valor equivalente...]”
Classe 2	“[...em caso de demissão, eliminação ou exclusão, o ex-cooperado terá direito à restituição do capital que integralizou e das sobras que tiver direito deduzidas...]” “[...até a época de retirada de seu capital social e das sobras que tiveram sido registradas, os casos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam a imediata exigibilidade das dívidas do cooperado vencidas, ou vincendas...]”
Classe 3	“[...balanço e contas das cooperativas desonera os titulares de responsabilidade, ressalvados os casos de dolo, fraude e simulação, bem como de infração da lei...]” “[...a aprovação do relatório do balanço e contas dos órgãos de administração desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo e fraude, ou simulação, bem como de infração da lei...]”

Fonte: Resultados da Pesquisa

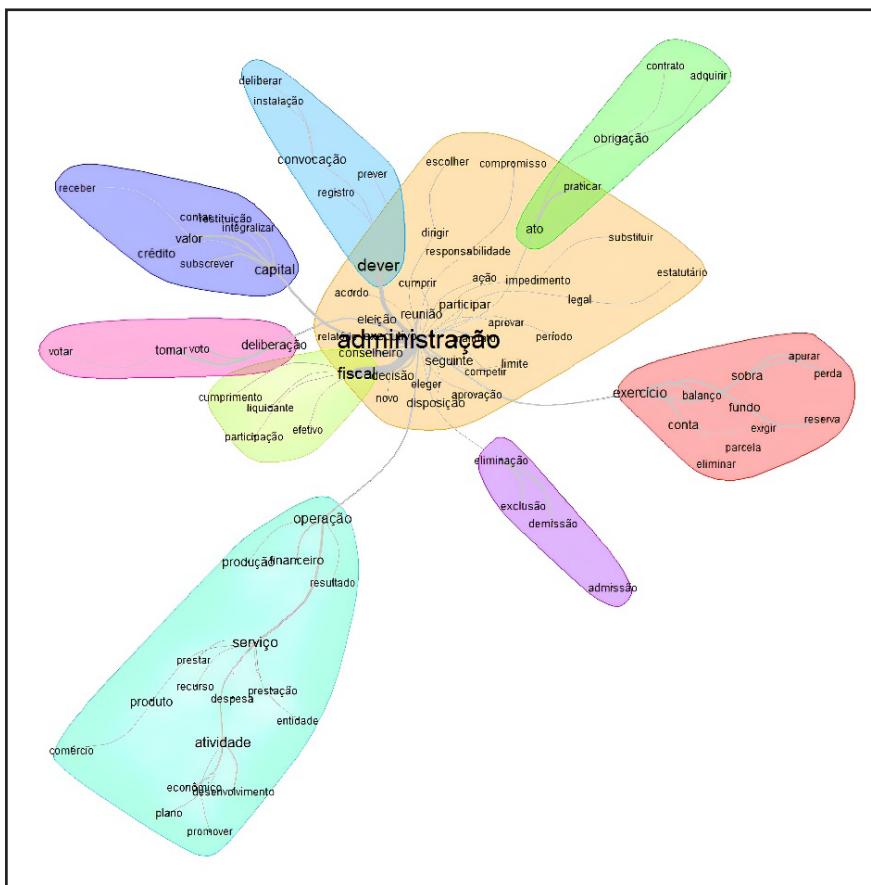
Na continuidade das análises foi realizada a verificação de similitude para identificar as coocorrências entre as palavras. Os resultados induzem a conexão entre elas, auxiliando na identificação da estrutura do corpus textual. Nesta análise, as palavras são agrupadas quanto à sua relação, identificando sua importância pelo tamanho e espessura, onde, quanto maior, melhor será sua relação. O ponto de corte considerado para análise de similitude obedece à seguinte parametrização decorrente dos resultados obtidos em CHD, conforme Equação 1:

Equação (1)

$$\begin{aligned}
 \text{Ponto de corte (PC)} &= 4 \cdot \frac{\text{número de ocorrências}}{\text{número de formas}} \\
 PC &= 4 \cdot \frac{191,611}{8,057} = 95,13
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

Na análise de similitude e nuvem de palavras, foram consideradas as palavras com frequência superior a 95 do corpus textual, cujos resultados encontram-se nas Figuras 5 e 6, respectivamente. Para proporcionar maior visibilidade na análise, tornando-as mais plausíveis aos propósitos do estudo, fez-se o seguinte ajustamento: além dos termos excluídos por estarem inferiores a 95, foram revisitados todos os elegíveis para ajustá-los ao objetivo do estudo. Com isso, foram retirados termos como cooperado, assembleia, conselho, bem, direito, entre outros. Ou seja, considerou-se que tais termos são recorrentes em vários segmentos do corpus textual e poderiam dificultar a legibilidade na análise.

Figura 5 – Análise de similitude sobre o corpus textual



Fonte: Resultados da Pesquisa

Observa-se na Fig. 5, que os mecanismos de governança adjacentes ao *valuation* circundam ao eixo volante sob o termo "administração". O termo reúne os agrupamentos circunvizinhos e suas respectivas classes de palavras, mostrando-se consonantes com a ideia de que nos estatutos sociais das cooperativas há elementos normativos capazes de prover governabilidade acerca do termo "valor". Nesse contexto, destaca-se o termo "administração" congregando partições e categorias, que ressoam mecanismos de governança corporativa e *valuation* a partir dos critérios de análises considerados, com destaques para: valor, capital, sobra, exclusão, admissão, participação e resultado, demonstrando, portanto, a forma com que os estatutos sociais da amostra analisada congregam tais termos.

Além do termo fixado como volante central (administração), verifica-se na Fig. 6, uma miscelânea de palavras que circundam os elementos normativos de análises considerados nesse estudo. Esses, após assimilados aos estatutos sociais (corpus textual) e às demais análises ora realizadas, remete a analogias do *valuation*, conforme identificados nos estudos de Michaud e Audebrand (2022), Eden *et al.*, (2021), Munch (2021), Sacchetti e Catturani (2021), Nascimento (2015), Railiené e Sinevičienė (2015) e Borgström (2013). Tais perspectivas, se destacam como indutores da governança corporativa nas cooperativas, ao reunir termos como valor, capital, sobra, balanço, subscrever, integralizar, exclusão e financeiro. Esses, portanto, circunscrevem conceitos presentes em *valuation*, que ora assegura o exercício de que há cooperativas ocupando-se em instruir tais mecanismos, que de certa maneira, amparam os cooperados quanto a avaliação das suas quotas-partes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos propósitos apresentados neste estudo de avaliar a presença de conceitos do *valuation* como mecanismos de governança nos estatutos sociais das cooperativas agropecuárias brasileiras, verificou-se que os estatutos sociais têm evidências que sugerem a presença destes mecanismos. Com isso, é possível inferir que o tema abordado confere certa relevância para o estudo da governança e *valuation* em cooperativas agropecuárias brasileiras, independente da terminologia usada.

Notou-se claramente a heterogeneidade terminológica em torno dos mecanismos de governança, ainda que os registros normativos não se utilizem expressamente do termo *valuation*. Dos 21 estatutos sociais que compuseram o corpus textual, nenhum empregou o termo *valuation* de maneira expressa, embora tenham usado verbetes relacionados a valor que remetem tal analogia. Tais resultados se associam a estudos concernentes à temática, como avistado em Borgström (2013), Michaud e Audebrand (2022), Munch (2021), Nascimento (2015), Railiené e Sinevičienė (2015), Sacchetti e Catturani (2021). Destaca-se que, embora o estilo de redação legal

no Brasil recomende o uso velado de estrangeirismos, não há nenhum impedimento para que figure a expressão *valuation* nos estatutos sociais de cooperativas.

Verificou-se que 14 cooperativas apresentaram alguma convergência entre as abordagens empregadas nos estatutos sociais vigentes, permitindo uma análise mais aprofundada dos conceitos e dinâmica do *valuation*. Isso possibilita uma compreensão mais abrangente quanto a sua complexidade como mecanismo de governança corporativa nas cooperativas agropecuárias. Tendo o termo “administração” a característica lexical identificada neste estudo, constatou-se que seus principais indutores foram valor, capital, sobra, balanço, subscrever, integralizar, exclusão e financeiro, tidos, portanto, como os que mais circundam nos estatutos sociais ao entendimento do *valuation*. Esse entendimento pode contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas de governança corporativa, sobretudo no que compete à discricionariedade de arbitrar o valor das quotas-partes e sobras. Dentre as cooperativas de maior expressividade da abordagem dos conceitos do *valuation* como mecanismo de governança destacaram-se Cafenoel, Comiva, Capul, Cocamar e Calu. Por outro lado, sete cooperativas não compuseram em suas frequências, associações ao que se considerou como elementos normativos e coexistentes nos estatutos sociais que remetessem o *valuation* como mecanismo de governança. De certa maneira, isso pode impactar diretamente a compreensão da dinâmica do *valuation* como mecanismo de governança corporativa nas admissões, permanência e demissão de cooperados nas cooperativas agropecuárias.

Destaca-se, ser relevante que as cooperativas agropecuárias brasileiras estejam atentas à importância da clareza e transparência nos registros normativos, no que compete a conceitos do *valuation*, sobretudo em condições de salvaguarda das quotas-partes. Explorar tais conceitos nos estatutos sociais, contribuem com a governança corporativa e respeito aos princípios do cooperativismo de igualdade e equidade, por auxiliar na valoração das quotas-partes mediante fluxos de cooperados, ou partilha

das sobras, permitindo uma governança corporativa eficiente e transparente.

Diante da análise realizada nos estatutos sociais das cooperativas agropecuárias brasileiras, torna-se evidente a necessidade de aprofundar as discussões sobre governança. Nesse contexto, explorar o cooperativismo sob a ótica da governança, com destaque para a importância do *valuation*, configura-se como uma abordagem crucial em orientar decisões estratégicas, sobretudo àquelas envolvendo quotas-partes. A incorporação de elementos normativos que resguardam mecanismos do *valuation* nos estatutos sociais não apenas oferece maior clareza na avaliação de quotas-partes, mas também estabelece uma base sólida para a definição de políticas de distribuição de sobras mais justas e equilibradas. Essa abordagem, além de conferir transparência, representa um diferencial estratégico capaz de impactar positivamente a confiança dos cooperados e atrair novos membros.

Dessa forma, vislumbrar pesquisas que explorem o uso do *valuation* como instrumento para políticas de distribuição equitativa e compreender como a relação entre o *valuation* de quotas-partes e a governança contribui para a geração de valor torna-se uma direção promissora e necessária no cenário cooperativista.

Ademais, é necessário que essas organizações estejam em constante processo de atualização e revisão de suas práticas de governança, com o intuito de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário brasileiro. Isso pode gerar maior confiança e engajamento por parte dos cooperados, além de atrair novos membros interessados em ingressar e colaborar com a cooperativa.

Considera-se que, os aspectos ligados ao *valuation*, são importantes para a governança das cooperativas, ao permitirem que os cooperados tenham uma visão mais clara dos benefícios econômicos de ingressar, permanecer ou desligar-se da organização. Isso é fundamental para a tomada de decisões estratégicas, tanto pelos membros quanto pela gestão da cooperativa. Ao incluir no estatuto social das cooperativas aspectos relacionados ao *valuation*, como a definição de critérios e

metodologias para avaliação dos ativos e passivos da cooperativa que compõe a quota-parte, bem como a definição de políticas de distribuição de sobras, por exemplo. Assim, é possível garantir mecanismos de maior aderência aos princípios do cooperativismo.

Tal consideração, implica dizer que o *valuation* permite que os cooperados avaliem o valor das suas quotas-partes e tenham uma estimativa de retorno sobre o capital investido na cooperativa. Isso é importante, para os membros poderem decidir sobre a continuidade ou não da sua participação na cooperativa, bem como para atrair novos membros interessados em investir e colaborar com a cooperativa. Adotar os conceitos do *valuation* como mecanismo de governança, pode ainda ajudar a definir políticas de distribuição de sobras mais justas e equilibradas, considerando as contribuições ao longo do tempo de cada cooperado para o resultado da cooperativa. Ademais, pode ajudar a identificar oportunidades de melhoria na gestão dos recursos da cooperativa, bem como a tomada de decisões estratégicas mais assertivas.

Trata-se, portanto, de uma discussão emergente onde fica evidente a necessidade de investigações futuras sobre a governança em cooperativas agropecuárias brasileiras, com ênfase nos conceitos do *valuation*. Assim, sugere-se como propostas de pesquisas futuras, estudos que explorem a relação entre o *valuation* de quotas-partes e a governança como forma de geração de valor para os cooperados. Outra linha de pesquisa interessante seria com uma investigação empírica, a fim de avaliar a percepção de atores do ambiente cooperativo sobre a importância do *valuation* para a governança e tomada de decisões.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do CNPq/SESCOOP, por meio do Projeto de Pesquisa em Cooperativismo, Linha: Desenvolvimento organizacional e promoção da prática cooperativista. Processo: 404249/2022-1

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, M. Are there core cooperative principles required for cooperative economic success and sustainability? In: ALTMAN, Morris. **Waking the Asian Pacific Co-Operative Potential**. [S. l.]: Elsevier, 2020. p. 19-33. DOI: <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-816666-6.00003-3>
- ANUÁRIO COOP 2023. **Dados do cooperativismo brasileiro: 2022**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ASSAF NETO, A. **Valuation: métricas de valor & avaliação de empresas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Economics and management of Cooperatives Organizations**. 2. ed. Saarbrücken: LAP Lambert, 2016. 192p.
- BORGSTRÖM, M. Effective co-operative governance: a practitioner's perspective. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 1, n. 1, p. 49-50, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2013.05.001>
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ**, 2018. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- EDEN, L.; INDRO, D. C.; MILLER, S. R.; RICHARDS, M. Valuation uncertainty, home and host market uncertainty, and cross-border seasoned equity offerings. **International Business Review**, v. 30, n. 3, p. 101808, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2021.101808>
- FAIRBAIRN, B. **The meaning of Rochdale: the Rochdale pioneers and the co-operative principles**. University of Saskatchewan, Centre for the Study of Co-operatives, 1994.
- HARTWELL, C. A.; MALINOWSKA, A. P. Informal institutions and firm valuation. **Emerging Markets Review**, v. 40, p. 100603, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2019.03.001>
- HIND, A. M. Cooperatives - under performers by nature? an exploratory analysis of cooperative and non-cooperative companies in the agri-business sector. **Journal of Agricultural Economics**, v. 45, n. 2, p. 213-219, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-9552.1994.tb00395.x>
- HOYT, A. And then there were seven: Cooperative principles updated. **Cooperative Grocer**, p. 1-6, jan./feb. 1996.
- INTERNATIONAL Cooperative Alliance (ICA). **Cooperative identity, values and principles**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

JUSSILA, I. The Journal of Co-operative Organization and Management (JCOM). **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2012.11.001>

KYAZZE, L. M.; NKOTE, I. N.; WAKAISUKA-ISINGOMA, J.; NTIM, C. G. Cooperative governance and social performance of cooperative societies. *Cogent Business & Management*, v. 4, n. 1, p. 1284391, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/23311975.2017.1284391>

LUMERTZ, J. A. **Avaliação de operadora de plano de saúde: cooperativa médica de assistência à saúde**. 2011. 124 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTELANC, R.; PASIN, R. M.; PEREIRA, F. **Avaliação de Empresas: fusões & aquisições e private equity**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MARTINS, K. N.; PAULA, M. C.; GOMES, L. P. S.; SANTOS, J. E. O software IRaMuTeQ como recurso para a análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 10, n. 24, p. 213–232, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.383>

MACHADO, L. B.; BERTONCELLO, K. C. Análise documental como técnica de pesquisa em Administração. **Revista de Administração e Inovação**, v. 12, n. 3, p. 181-203, 2015.

MICHAUD, M.; AUDEBRAND, L. K. One governance theory to rule them all? The case for a paradoxical approach to co-operative governance. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 10, n. 1, p. 100151, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100151>

MUNCH, D. M.; SCHMIT, T. M.; SEVERSON, R. M. Assessing the value of cooperative membership: a case of dairy marketing in the United States. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 9, n. 1, p. 100129, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100129>

NASCIMENTO, J. C. de O. F. **Cooperativas Agrícolas: custo de capital e geração de valor**. 2015. 75 p. Dissertação (Mestrado em Administração) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OCZKOWSKI, E.; KRIVOKAPIC-SKOKO, B.; PLUMMER, K. The meaning, importance and practice of the co-operative principles: qualitative evidence from the Australian co-operative sector. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 1, n. 2, p. 54-63, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2013.10.006>

ORGANIZAÇÕES de Cooperativas Brasileiras (OCB). **Dados do Cooperativismo Brasileiro**, 2022. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

RAILIENĖ, G.; SINEVIČIENĖ, L. Performance Valuation of Credit Unions Having Social and Self-sustaining Aim. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 213, p. 423-429, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.561>

RASTOGI, A.; VERMA, O. P. An empirical analysis of implementation of norms of corporate governance in selected companies. *CLEAR International Journal of Research in Commerce & Management*, v. 10, n. 9, p. 6–15, 2019.

SACCHETTI, S.; CATTURANI, I. Governance and different types of value: a framework for analysis. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 9, n. 1, p. 100133, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100133>

SILVA, L. A. M.; SILVA, A. B. A.; LOPES, F. A. Análise documental em pesquisas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 305-327, 2017.

VATN, A. Cooperative behavior and institutions. **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 1, p. 188-196, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2008.07.011>

VENKATESH, S. Business analysis and valuation — IFRS. **The International Journal of Accounting**, v. 43, n. 4, p. 472-474, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2008.09.005>

Contribuições de autoria

1 - Nilton Cesar Lima

Doutorado e Mestrado em Administração. Graduações em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8933-9953> - E-mail: cesarlim@yahoo.com

Contribuição: Coordenador; Captação de Financiamento; Investigação; Metodologia; Análise dos Dados; Análise Formal; Escrita; Revisão; Edição; Curadoria

2 - Ilírio José Rech

Doutorado em Controladoria e Contabilidade. Mestrado em Contabilidade. Graduação em Ciências Contábeis. Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7027-737X> - E-mail: ilirio.jose@ufg.br

Contribuição: Investigação; Análise dos Dados; Análise Formal; Escrita; Revisão; Edição; Metodologia; Curadoria

3 - Jamerson Viegas Queiroz

Doutorado em Engenharia de Produção. Mestrado em Economia. Graduação em Ciências Econômicas. Professor da Graduação em Engenharia de Produção e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9802-6628> - E-mail: viegasqueiroz@gmail.com

Contribuição: Levantamento dos Dados; Tratamento dos Dados; Escrita; Revisão e Edição; Formatação; Curadoria

Como citar este artigo

LIMA, N. C; RECH, I. J.; QUEIROZ, J. V. Valuation como mecanismo de governança nos estatutos sociais de cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 11, n. 21, e85679, 2024. DOI 10.5902/23590432 85679. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043285679>.